

# SINERGIA

REVISTA DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, ADMINISTRATIVAS E CONTÁBEIS (ICEAC)

## DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (DVA): DISTRIBUIÇÃO DAS RIQUEZAS DAS EMPRESAS LISTADAS NOS NÍVEIS 1 E 2 DA B3

CARLA HOSSER\*  
LUCIANA NUNES FERREIRA\*\*  
ISABEL TERESINHA DUTRA SOARES\*\*\*  
NILO VALTER KARNOPP\*\*\*\*

### RESUMO

A promulgação da Lei nº 11.638/07 tornou obrigatória a publicação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) para as Sociedades Anônimas. Conforme o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 09, Valor Adicionado representa a riqueza criada pela empresa. Este estudo teve como objetivo geral verificar como as empresas distribuem suas riquezas entre colaboradores, governo, remuneração de capital de terceiros e capital próprio. Esta pesquisa caracterizou-se como documental, abordando o problema de forma quantitativa, coletando dados de 47 empresas dos dois Níveis de Governança, Nível 1 e Nível 2, divulgados na B3, para os anos de 2015, 2016 e 2017. Os principais resultados demonstram que, no Nível 1, o setor que mais gerou riqueza foi o Financeiro, enquanto que, no Nível 2, foi o de Petróleo. Em ambos os Níveis, analisando a média de riqueza distribuída, em 2015, os terceiros receberam a maior parte da riqueza, e, em 2016 e 2017, a maior parte da riqueza foi distribuída para o Governo. Este estudo permitiu conhecer como as empresas distribuem suas riquezas, o que pode auxiliar na tomada de decisões das empresas, dada a alta carga tributária no Brasil. A escolha dos níveis 1 e 2 se deu em vista da possibilidade de obtenção de um material mais detalhado para a investigação. Para estudos futuros, sugere-se averiguar outros níveis de governança da Bovespa, com o intuito de verificar, também, como se dá a distribuição da riqueza das empresas.

**Palavras-chave:** Demonstração do Valor Adicionado, Geração de riqueza, Distribuição de riqueza.

### ABSTRACT

The enactment of Law number 11.638/07, made it mandatory to publish the Statement of Value Added (DVA) for corporations. According to the "Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 09", Value Added represents the wealth created by the company. This study had the general objective of verifying how companies distribute their wealth among employees, government, remuneration of third parties capital and equity. This research was characterized as documentary, addressing the problem in a quantitative way, collecting data from 47 companies on two Levels of Governance, Level 1 and Level 2, published in B3, for the years of 2015, 2016 and 2017. The main results demonstrate that at Level 1 the sector that generated the most wealth was the financial sector, while at Level 2 it was Petroleum. At both Levels, analyzing the average wealth distributed, in 2015 third parties received most of the wealth, and in 2016 and 2017 most of the wealth was distributed to the Government. This study made it possible to understand how companies distribute their wealth, which can help companies to make decisions, given the high tax burden in Brazil. The choice of Levels 1 and 2 was due to the possibility of obtaining more detailed material for the investigation. For future studies it is suggested to investigate other Levels of Governance at Bovespa, in order to also verify how the wealth distribution of companies occurs.

**Key words:** Statement of value added, Wealth generation, Wealth distribution

Recebido em: 14-09-2019 Aceito em: 28-04-2020

\* Especialização em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Rio Grande. MBA em Gestão Estratégica de Negócios na UFPEL. Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Católica de Pelotas.

\*\* Mestre em Administração na Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Doutoranda em Sistemas de Produção Agrícola Familiar na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Especialista em Gestão Contábil pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Católica de Pelotas (UCPEL).

\*\*\* Doutora em Administração na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Mestre em Administração – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (Puc-Rio). Especialista em Negócios Internacionais - Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Graduada em Administração - Unisinos. Graduada em Letras Português/Inglês e com as Respectivas Literaturas – Unisinos. Professora adjunta da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). E-mail: isa.teresinha@gmail.com

\*\*\*\* Mestre em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Doutorado inconcluso em Administração Financeira Estratégica cursado na Universidad de La Empresa - UDE - Montevideo - Uruguai. Graduado em Administração de Empresas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, graduado em Administração Pública pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor do Curso de Administração da UFPEL.

## 1 INTRODUÇÃO

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) passou a ser obrigatória em 2007, com a promulgação da Lei nº 11.638/07, que alterou a Lei nº 6.404/76. A fim de orientar a elaboração da DVA, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu o Pronunciamento Técnico CPC 09 com as definições e todos os esclarecimentos para a sua elaboração. Desta forma, o Valor Adicionado representa a riqueza criada pela empresa que é medida pela diferença entre o valor das vendas com os insumos adquiridos de terceiros.

Conforme Iudicibus *et al.* (2010), a DVA tem por objetivo demonstrar a riqueza econômica gerada pelas atividades da empresa resultante do esforço coletivo e de sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a sua criação. Assim, a DVA presta informações a todos os agentes interessados, tais como, empregados, clientes, fornecedores, financiadores e governo. A DVA “possui informações úteis e necessárias para a análise de investimentos, concessões de empréstimos, avaliação de subsídios ou definições na instalação de projetos que possam ter grande repercussão social” (SANTOS, 2005, p. 3).

Consenza (2003) expõe que o crescimento econômico faz com que as companhias exerçam suas atividades em um ambiente altamente competitivo, no qual precisam cada vez mais ter clareza na divulgação das informações econômico-financeiras que sejam compreensíveis e transparentes a qualquer categoria de usuário. O papel da DVA é passar esse tipo de informação a qualquer usuário.

Já existem estudos em torno da Demonstração do Valor Adicionado, sendo um deles a pesquisa de Peixoto e Vieira (2017), que realizaram seu trabalho com o objetivo de investigar como se deu a criação da riqueza nas empresas listadas na BM&FBovespa, no segmento da Bovespa Tradicional e nos setores de atuação que o compõem. Marin (2017) realizou um estudo com 45 empresas listadas no Novo Mercado da BM&FBovespa, referente ao período de 2013 a 2015, que teve como objetivo analisar como se comporta a evolução da Distribuição do Valor Adicionado entre empregados, governos, financiadores e acionistas. Outro estudo relevante foi o de Melo *et al.* (2017), no qual os referidos autores analisaram as Demonstrações de Valor Adicionado de empresas das cinco regiões Brasileiras, no período de 2013 e 2014, das empresas listadas na BM&FBovespa, integrantes da revista Exame – Melhores e Maiores de 2015, do *ranking* das 100 maiores de cada região.

Diante dos estudos já existentes, nos quais se percebe a relevância da DVA, tem-se como questão de pesquisa: como foram distribuídas as riquezas das empresas listadas na B3, dos Níveis de Governança 1 e 2, no período de 2015 a 2017? O objetivo geral foi verificar como as empresas, listadas na B3, dos Níveis de Governança 1 e 2, no período de 2015 a 2017, distribuem suas riquezas entre funcionários, governo, remuneração de capital de terceiros e capital próprio. Em busca da resposta para a questão de pesquisa e para atingir o objetivo geral deste estudo, traçaram-se os seguintes objetivos específicos:

- a) Verificar o percentual de distribuição das riquezas entre funcionários, governo, remuneração de capital de terceiros e capital próprio;
- b) Comparar, no período (2015 a 2017), a variação dos determinados itens: remuneração e benefícios a colaboradores, e evolução da carga tributária, e a parte dos acionistas e financiadores de recursos;
- c) Comparar, por setor de atividade econômica existentes nos Níveis de Governança 1 e 2, a distribuição da riqueza criada.

Este estudo possui relevância uma vez que permitiu conhecer como as empresas de capital aberto estão distribuindo as suas riquezas obtidas no período citado. Tinoco *et al.* (2011, p. 86) ressaltaram a importância desta Demonstração como “instrumento de informações relevantes e ferramenta fundamental para a tomada de decisões”.

Este artigo está dividido em quatro seções, sendo a primeira seção o referencial teórico, abordando a revisão de literatura que foi utilizada como subsídio deste estudo; na sequência, foi feita a descrição dos procedimentos metodológicos e, posteriormente, realizada a análise e a discussão dos dados coletados, fechando com as considerações finais do presente estudo.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção, está explanada a Demonstração do Valor Adicionado, com uma breve demonstração sobre a B3 e os seus níveis de governança, e, por fim, foi feita uma abordagem dos principais estudos encontrados, já realizados sobre este demonstrativo.

### 2.1 Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é um dos demonstrativos mais recentes no âmbito das demonstrações contábeis, e “evidencia o montante da riqueza formada pela empresa e como esta foi

distribuída aos agentes que colaboraram para sua construção” (SILVA, 2017, p. iii).

Com a promulgação da Lei nº 11.638/07, a elaboração e divulgação da Demonstração do Valor Adicionado passou a ser obrigatória para as companhias de capital aberto. A fim de orientar a elaboração da DVA, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu o pronunciamento técnico CPC 09 com as definições e todos os esclarecimentos para a sua elaboração.

Antes da sua obrigatoriedade, 1997 foi o primeiro ano em que a DVA foi utilizada no cálculo de excelência empresarial, ano em que 44 empresas a publicaram conforme relatado por Santos (2005). O autor expõe que, posteriormente, em 2004, esse número de publicação subiu para 138, e, em 2005, já eram mais de mil empresas que elaboraram e enviaram a demonstração para a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis Atuariais e Financeiras (FIPECAFI), esta que disponibilizou um modelo para que as empresas pudessem divulgar tal Demonstrativo. Além disso, as empresas também receberam o apoio da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para a sua publicação. Santos (2005) salienta que, em outros países, já era comum a exigência deste demonstrativo quando pretendiam instalar grandes projetos, tanto privados quanto governamentais.

O CPC 09 apresentou algumas características das informações deste demonstrativo em estudo, como a fundamentação da DVA em conceitos macroeconômicos, buscando apresentar a parcela de contribuição que a entidade tem na formação do Produto Interno Bruto (PIB). A DVA proporciona aos investidores e a outros usuários informações de natureza econômica e social e oferece a possibilidade de avaliação das atividades dentro da sociedade na qual estão inseridos. A riqueza gerada pela empresa é determinada por vendas, insumos adquiridos de terceiros e depreciação, conforme exposto por Ludicibus *et al.* (2010).

Conforme o CPC 09, a DVA deve ser elaborada no final de cada exercício social, proporcionando aos seus usuários informações sobre a riqueza criada e a forma como foi distribuída. O CPC também reitera que a distribuição da riqueza deve ser divulgada de forma detalhada, da seguinte forma:

- a) Pessoal e encargos: remuneração direta aos trabalhadores, benefícios e FGTS;
- b) Impostos, taxas e contribuições: impostos federais, municipais e estaduais;
- c) Remuneração de capital de terceiros: correspondem aos juros, aluguéis e outros como *royalties*, franquias;
- d) Remuneração de capitais próprios: juros sobre capital próprio, dividendos, lucros retidos e prejuízos do exercício.

A elaboração e a divulgação deverão atender a alguns requisitos estabelecidos pela legislação societária e pelo pronunciamento técnico, conforme Ludicibus *et al.* (2010): a) elaborar com base no princípio da competência; b) apresentar de forma comparativa; c) elaborar com base nas demonstrações consolidadas; d) incluir a participação dos acionistas minoritários no componente relativo à distribuição do valor adicionado; e) ser consistente com a demonstração do resultado e conciliada em registros auxiliares mantidos pela entidade; f) ser objeto de auditoria se a entidade possuir auditores externos independentes que revisem ou auditem suas Demonstrações Contábeis.

A divulgação, conforme determinado pelo CPC 09, permite aos usuários destas informações, de acordo com Ludicibus *et al.* (2010): a) analisar a capacidade de geração de valor e a forma de distribuição das riquezas de cada empresa; b) identificar o desempenho econômico da empresa; c) auxiliar no cálculo do PIB e de indicadores sociais; d) fornecer informações sobre os benefícios (remunerações) obtidos por cada um dos fatores de produção (trabalhadores e financiadores – acionistas e credores) e governo.

Para Camargo (2010), a DVA visa facilitar o entendimento da informação socioeconômica da entidade. E é um poderoso referencial de informações nas políticas de recursos humanos, nas decisões de incentivos fiscais, no auxílio sobre novos investimentos e no desenvolvimento da consciência para a cidadania. A Demonstração serve como subsídio para elaboração de outros demonstrativos como o Balanço Social, este que hoje também é bastante utilizado pelas empresas, mesmo que existam outros tipos de relatórios usados pelas empresas, tais como, o relatório anual, o relatório integrado e o relatório de sustentabilidade. Focar somente no DVA foi uma decisão dos autores desta pesquisa.

## 2.2 Estudos precedentes sobre a DVA

Peixoto e Vieira (2017) realizaram um estudo que teve como objetivo geral investigar como se deu a criação da riqueza nas empresas listadas na BM&FBovespa no segmento da Bovespa Tradicional e nos setores de atuação que o compõem. Neste estudo, os autores encontraram resultados do segmento tradicional, capazes de gerar tanto riqueza própria (média de 82%) quanto receber riqueza de terceiros (média de 18%). Com relação à riqueza recebida em transferência, os autores verificaram que 2015 foi o melhor ano do segmento, alcançando uma média de 36%. Em 2014, houve a menor média dessa riqueza para o segmento, cerca de 12%. Nos resultados para os setores de atuação, os autores perceberam que os

setores de Não Classificados; Petróleo, Gás e Biocombustíveis e Consumo Não Cíclico foram os que tiveram os melhores resultados de riqueza própria. Já o setor de Telecomunicações teve o pior resultado, chegando a destruí-la em 2015. Os autores concluíram que, na maioria das vezes, a riqueza própria foi maior do que a recebida de terceiros e, ainda, concluíram que a DVA é um demonstrativo importante e útil para a análise das informações acerca dos aspectos macroeconômicas das empresas.

Marin (2017) realizou um estudo com 45 empresas listadas no Novo Mercado da BM&FBOVESPA, com o objetivo de analisar como se comportava a evolução da distribuição do Valor Adicionado entre empregados, governos, financiadores e acionistas. Esta pesquisa abordou os anos de 2013 a 2015, compreendendo 3 anos. A pesquisa mostrou como resultado, nos anos de 2013 e 2014, que o item “Pessoal” recebeu maior valor, e, no ano de 2015, foi “Remuneração de capitais de terceiros”, fato que os autores sugerem que possa estar ligado à crise econômica, quando as empresas passaram a contrair mais empréstimos. Ainda nesta pesquisa, a autora também menciona a geração da riqueza, fazendo uma Demonstração por setor de atividade das empresas listadas no Novo Mercado, na qual ela verificou que o setor Financeiro e Outros foi o que mais adicionou valor nos anos de 2013 e 2014 e que, no ano de 2015, o setor de Consumo não Cíclico foi o que mais adicionou valor.

O estudo de Melo *et al.* (2017) teve como objetivo analisar como foi distribuída a riqueza gerada por meio da DVA pelas empresas de capital aberto dentro das cinco regiões do Brasil, nos anos de 2013 e 2014. As empresas foram aquelas listadas na Bovespa, integrantes da revista Exame – Melhores e Maiores de 2015, do ranking das 100 maiores de cada região, sendo selecionadas 15 empresas para cada região (Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Norte-Nordeste). Os autores aplicaram o teste “Kruskal-Wallis” e obtiveram as seguintes percepções: em 2013, a maior distribuição de valores com “Pessoal”, “Impostos”, “Taxas e Contribuições”, “Remuneração de capital de terceiros” foi gerada na região centro-oeste; “Remuneração com Capital Próprio” para a região Sul. No ano de 2014, as maiores distribuições percentuais com “Pessoal”, “Remuneração de Capitais de Terceiros”, foi na região Centro-oeste, e “Impostos, Taxas e Contribuições”, na região Sudeste e “Remuneração com Capital Próprio” na região Sul.

Silva Junior *et al.* (2017) estudaram a geração e distribuição de riquezas nas Instituições de Ensino Superior brasileiras listadas na Bovespa. Para a realização da coleta de dados, os autores utilizaram a ferramenta “Com dinheiro” junto a cinco companhias no período de 2010 a 2015. Os resultados indicaram uma geração de, aproximadamente, 27,8 bilhões de reais em riqueza no período. Quanto à distribuição da riqueza, a maior parcela foi para o quadro de funcionários, indicando coerência em relação à atividade dessas companhias, ou seja, a educação superior. Conforme os autores, como reflexão, torna-se necessário repensar a Responsabilidade Social Corporativa (RSC), principalmente em termos da comparação entre a atuação e a transparência de companhias abertas e instituições sem finalidade lucrativa na educação superior brasileira.

Scarpin *et al.* (2014) investigaram a correlação da distribuição do valor adicionado aos agentes colaboradores na formação da riqueza e lucratividade das empresas. Para isso, utilizaram a ferramenta de correlação canônica (que busca quantificar a associação entre 2 conjuntos de variáveis) para uma amostra de 450 empresas participantes de oito setores de atividades, com dados da DVA e com os resultados auferidos do período de 2007 a 2010. Os autores concluíram que houve alto valor de correlação para todos os setores estudados, comprovando a influência entre os indicadores e a distribuição do Valor Adicionado aos agentes colaboradores e à lucratividade das empresas.

Cunha, Ribeiro e Santos (2005) realizaram uma pesquisa junto a 416 empresas constantes no cadastro mantido pela FINECAFI. Nesta pesquisa, os autores tiveram como objetivo a avaliação do poder de aferição da DVA, no que concerne a informações sobre a formação de riqueza pelas empresas e sua distribuição aos agentes econômicos que ajudaram na sua criação, como proprietários, sócios e acionistas, governo, financiadores externos e empregados. Os achados dos autores apontam que, no período de 2000 a 2003, o governo, através dos impostos recolhidos pelas empresas, ocupou o primeiro lugar na distribuição da riqueza criada. Em 1999, os juros e aluguéis destinados aos financiadores externos ocuparam o primeiro lugar na distribuição da riqueza criada, sendo isso fortemente influenciado, conforme os autores, pela desvalorização cambial ocorrida no ano.

Tinoco *et al.* (2011) procuraram descrever, identificar, mensurar e comparar através da Demonstração do Valor Adicionado à carga tributária de empresas brasileiras em dezenove setores de atividade econômica, seguindo a classificação da revista Exame – Melhores e Maiores. A pesquisa indicou que a carga tributária média entre todas as empresas e setores pesquisados alcançou 37,77% em 2005; 38,18% em 2006 e 39,67% em 2007, situando-se acima da carga tributária calculada e divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que foi de 34,12% em 2005, 35,06% em 2006 e 36,08% em 2007. Os autores ainda concluíram que, em todos os períodos estudados, o governo foi quem ficou com a maior parcela do Valor Adicionado.

Em continuidade aos estudos, quanto à distribuição das riquezas das empresas com diferentes características referentes à sua classificação na B3, a verificação dos estudos precedentes foi fundamental

para o atingimento dos objetivos da presente pesquisa. A seguir, descrevem-se os procedimentos metodológicos utilizados.

### 3 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como documental e, neste estudo, o documento utilizado foi a DVA – Demonstração do Valor Adicionado. Quanto à abordagem do problema, a pesquisa pode ser classificada como quantitativa. Para embasar o referencial teórico, assim como para estruturar o presente estudo por meio de leituras, foi feita a busca conforme descrito a seguir.

No Portal de Periódicos CAPES/MEC, ao inserir a expressão “Demonstração do Valor Adicionado em empresas”, resultaram 75 ocorrências. Filtrando por “artigos”, ficaram 71 artigos. Filtrando para “Periódicos revisados por pares”, ficaram 59 artigos. Refinando os resultados por idioma “português”, foram disponibilizados 44 artigos. Limitando-se os resultados aos tópicos em estudo: contabilidade e finanças, puderam ser alcançados 15 artigos. Retirados 6 artigos que não correspondiam ao tema, 5 artigos em inglês e 1 editorial não pertinente, restaram 3 artigos válidos: DE MELO *et al.* (2017), SCARPIN *et al.* (2014), assim como NUNES e MIRANDA (2016).

Além da busca nos Periódicos CAPES/MEC, foram encontradas 2 monografias: MARIN (2017) e SILVA (2017). Foram ainda pesquisadas revistas da área, tais como a Revista de Contabilidade e Finanças da USP (CONSENZA, 2003 e CUNHA *et al.*, 2005); Revista Evidenciação Contábil & Finanças (SCARPIN *et al.*, 2014); Revista GUAL (SILVA JUNIOR, 2017) e Revista de Ciência e Administração (TINOCO, 2011).

A coleta dos dados das empresas foi realizada nos meses de Julho e Agosto de 2018. Os dados são referentes ao período de 2015 a 2017 das empresas listadas na B3 (Brasil, Bolsa e Balcão), criada em 2017 com a integração da BM&F Bovespa – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e da Cetip S.A. – Mercados Organizados. E esta se consolida como uma das principais empresas de infraestrutura de mercado financeiro do mundo, com atuação em ambiente de bolsa e de balcão. (B3, 2018).

A seguir, a Figura 1 apresenta a relação das empresas do Nível 1 de Governança Corporativa com o setor aos quais pertencem e o nome do Pregão.

**Figura 1 – Empresas listadas no Nível 1 de Governança Corporativa**

Razão social	Nome do Pregão	Classificação Setorial
Alpargatas S.A	ALPARGATAS	Consumo Cíclico
Banco Pan S.A.	BANCO PAN	Financeiro e Outros
Banco Estado do Rio Grande do Sul S.A.	BANRISUL	Financeiro e Outros
Banco Bradesco S.A.	BRADESCO	Financeiro e Outros
Bradespar S.A.	BRADESPAR	Materiais Básicos
Braskem S.A.	BRASKEM	Materiais Básicos
Cia Fiação Tecidos Cedro Cachoeira	CEDRO	Consumo Cíclico
Cia Estadual de Distribuição Ener Elet-Ceee-D	CEEE-D	Utilidade Pública
Cia Estadual Ger. Trans. Ener. Elet_ Ceee-GT	CEEE-GT	Utilidade Pública
Cia Energética de Minas Gerais - Cemig	CEMIG	Utilidade Pública
Cesp - Cia Energética de São Paulo	CESP	Utilidade Pública
Cia Paranaense de Energia - Copel	COPEL	Utilidade Pública
Centrais Elet Bras. S.A. - Eletrobras	ELETROBRAS	Utilidade Pública
Eucatex S.A. Indústria e Comércio	EUCATEX	Materiais Básicos
Cia Ferro Ligas da Bahia - Ferbasa	FERBASA	Materiais Básicos
Fras-Le S.A.	FRAS-LE	Bens Industriais
Gerdau S.A.	GERDAU	Materiais Básicos
Metalurgia Gerdau S.A.	GERDAU MET	Materiais Básicos
Banco Inter S.A.	INTER BANCO	Financeiro e Outros
Itausa Investimentos Itau S.A.	ITAUSA	Financeiro e Outros
Itau Unibanco Holding S.A.	ITAUNIBANCO	Financeiro e Outros
Lojas Americanas S.A.	LOJAS AMERIC	Consumo Cíclico
Oi S.A.	OI	Telecomunicações
Cia Brasileira de Distribuição	P.ACUCAR-CBD	Consumo não Cíclico
Randon S.A. Implementos e Participações	RANDON PART	Bens Industriais
Cteep - Cia Transmissão Energia Elétrica Paulista	TRAN PAULIST	Utilidade Pública
Usinas Sid. De Minas Gerais S.A.-Usiminas	USIMINAS	Materiais Básicos

Fonte: B3, 2018.

A Figura 2 mostra a relação das empresas listadas no Nível 2 de Governança Corporativa com os respectivos setores e o nome do Pregão.

**Figura 2 – Empresas listadas no Nível 2 de Governança Corporativa**

Razão social	Nome do Pregão	Classificação Setorial
Banco ABC Brasil S.A.	ABC BRASIL	Financeiro e Outros
AES Tiete Energia SA	AES TIETE E	Utilidade Pública
Alupar Investimento S/A	ALUPAR	Utilidade Pública
Azul S.A.	AZUL	Bens Industriais
Centrais Elet. de Santa Catarina S.A.	CELESC	Utilidade Pública
Energisa S.A.	ENERGISA	Utilidade Pública
Forjas Taurus S.A.	FORJA TAURUS	Bens Industriais
Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A.	GOL	Bens Industriais
Banco Indusval S.A.	INDUSVAL	Financeiro e Outros
Klabin S.A.	KLABIN S/A	Materiais Básicos
Marcopolo S.A.	MARCOPOLO	Bens Industriais
Multiplan - Empreend. Imobiliários S.A.	MULTIPLAN	Financeiro e Outros
Petroleo Brasileiro S.A. Petrobras	PETROBRAS	Petróleo. Gás e Biocombustíveis
Banco Pine S.A.	PINE	Financeiro e Outros
Renova Energia S.A.	RENOVA	Utilidade Pública
Cia Saneamento do Paraná - Sanepar	SANEPAR	Utilidade Pública
Saraiva S.A. Livreiros Editores	SARAIVA LIVR	Consumo Cíclico
Sul América S.A.	SUL AMERICA	Financeiro e Outros
Transmossora Aliança de Energia Elétrica S.A.	TAESA	Utilidade Pública
Via Varejo S.A.	VIA VAREJO	Consumo Cíclico

Fonte: B3, 2018.

Inicialmente, foram coletadas as Demonstrações de Valor Adicionado no site [http://www.b3.com.br/pt\\_br/](http://www.b3.com.br/pt_br/) das empresas listadas na B3 do segmento de Nível 1 e 2 de Governança Corporativa. Foram coletadas as Demonstrações de todas as empresas listadas, sendo 27 empresas do Nível 1 e 20 empresas do Nível 2, totalizando uma amostra de 47 empresas. Após a coleta das Demonstrações, com o auxílio de planilha eletrônica, foram coletados os dados: riqueza gerada e a riqueza distribuída aos colaboradores, governo, acionistas e financiadores externos, para, então, iniciar a análise conforme a próxima seção que analisa e discute os dados encontrados.

#### 4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Nesta seção, estão apresentadas as análises dos dados coletados para atender aos objetivos deste estudo. Primeiramente, serão apresentadas as riquezas geradas pelos setores e por empresas dos Níveis 1 e 2 de Governança Corporativa da Bovespa.

##### 4.1 Geração de riqueza

A seguir, a Tabela nº 1 que demonstra a riqueza gerada por setor das empresas classificadas no Nível 1 de Governança Corporativa.

**Tabela 1 – Riqueza Gerada por setor do Nível 1**

Classificação Setorial	2015		2016		2017	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Bens Industriais	2.110.253,00	1,02	1.845.139,00	0,64	1.939.895,00	0,73
Consumo Cíclico	8.095.709,00	3,92	8.172.035,00	2,84	7.865.901,00	2,95
Consumo não Cíclico	6.801.000,00	3,29	6.628.000,00	2,31	8.869.000,00	3,32
Financeiro e Outros	88.840.354,00	43,03	140.497.722,00	48,89	131.426.678,00	49,22
Materiais Básicos	19.834.723,00	9,61	28.522.696,00	9,92	39.499.876,00	14,79
Telecomunicações	22.363.828,00	10,83	15.903.630,00	5,53	19.007.286,00	7,12
Utilidade Pública	58.412.051,00	28,29	85.828.246,00	29,86	58.404.802,00	21,87
Total	206.457.918,00	100,00	287.397.468,00	100,00	267.013.438,00	100,00

Fonte: Dados da Pesquisa, 2018.

Conforme pode ser observado na tabela 1, o Nível 1 de Governança Corporativa é composto por sete setores, sendo eles: Bens Industriais, Consumo Cíclico, Consumo não Cíclico, Financeiros e Outros, Materiais Básicos, Telecomunicações e Utilidade pública. Destes, o setor que mais gerou riqueza foi o Financeiro e Outros, do total da riqueza gerada no Nível1. Nos três anos analisados, de 43% a 49,22% foram gerados por este setor, correspondendo a praticamente a metade da riqueza gerada. Analisando-se em termos percentuais a riqueza gerada, em relação ao total da riqueza, no setor Financeiro aumentou a cada ano.

Outro setor que teve uma participação significativa em relação à riqueza gerada foi o de Utilidade Pública, cujo percentual de participação nos três anos ficou entre 20% e 30%, iniciando com 28,29% passou para 29,86% em 2016 e diminuiu para 21,87% em 2017.

O setor de Materiais Básicos teve participação de 9,61% em 2015, 9,92% em 2016, e, em 2017, teve participação de 14,79% na riqueza gerada do Nível1, ou seja, pode-se perceber que teve um aumento progressivo na participação. Já o setor de telecomunicação teve uma queda. Em 2015, teve uma participação de 10,83%, em 2016, de 5,53%, podendo-se dizer que houve uma queda de quase 50%. Em 2017, voltou a aumentar a riqueza gerada para 7,12%. Nos demais setores como Bens Industriais, Consumo Cíclico e o Não Cíclico, a participação na riqueza gerada não chegou aos 5%. Destaca-se, ainda, que o setor de Bens Industriais teve a menor participação na Riqueza gerada.

A seguir, a Tabela nº 2 representa a riqueza gerada por empresa classificada no Nível 1 de Governança.

**Tabela 2 – Riqueza gerada por empresa do Nível 1**

Nome do Pregão	2015		2016		2017	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
ALPARGATAS	2.718.396,00	1,32	2.819.717,00	0,98	2.222.895,00	0,83
BANCO PAN	624.242,00	0,30	523.475,00	0,18	981.794,00	0,37
BANRISUL	3.203.316,00	1,55	3.468.796,00	1,21	4.093.276,00	1,53
BRADESCO	29.340.796,00	14,21	56.268.451,00	19,58	51.569.608,00	19,31
BRADESPAR	- 2.387.587,00	- 1,16	866.398,00	0,30	2.784.919,00	1,04
BRASKEM	10.134.368,00	4,91	10.556.825,00	3,67	14.577.347,00	5,46
CEDRO	94.075,00	0,05	70.881,00	0,02	268.741,00	0,10
CEEE-D	2.683.286,00	1,30	2.732.990,00	0,95	2.922.520,00	1,09
CEEE-GT	707.947,00	0,34	1.800.954,00	0,63	991.020,00	0,37
CEMIG	18.165.116,00	8,80	14.753.814,00	5,13	15.049.884,00	5,64
CESP	1.156.532,00	0,56	1.035.023,00	0,36	307.079,00	0,12
COPEL	14.456.447,00	7,00	12.746.575,00	4,44	11.772.831,00	4,41
ELETROBRAS	19.951.059,00	9,66	43.985.720,00	15,30	24.521.165,00	9,18
EUCATEX	527.465,00	0,26	468.796,00	0,16	448.052,00	0,17
FERBASA	626.419,00	0,30	473.404,00	0,16	742.897,00	0,28
FRAS-LE	587.540,00	0,28	546.916,00	0,19	564.458,00	0,21
GERDAU	5.847.362,00	2,83	6.461.448,00	2,25	8.585.462,00	3,22
GERDAU MET	5.763.716,00	2,79	6.482.120,00	2,26	8.599.088,00	3,22
ITAUSA	11.140.000,00	5,40	10.234.000,00	3,56	10.798.000,00	4,04
ITAUNIBANCO	44.532.000,00	21,57	70.003.000,00	24,36	63.984.000,00	23,96
LOJAS AMERIC	5.283.238,00	2,56	5.281.437,00	1,84	5.374.265,00	2,01
OI	22.363.828,00	10,83	15.903.630,00	5,53	19.007.286,00	7,12
P.ACUCAR-CBD	6.801.000,00	3,29	6.628.000,00	2,31	8.869.000,00	3,32
RANDON PART	1.522.713,00	0,74	1.298.223,00	0,45	1.375.437,00	0,52
TRAN PAULIST	1.291.664,00	0,63	8.773.170,00	3,05	2.840.303,00	1,06
USIMINAS	- 677.020,00	- 0,33	3.213.705,00	1,12	3.762.111,00	1,41
Total	206.457.918,00	100,00	287.397.468,00	100,00	267.013.438,00	100,00

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2018.

Conforme a Tabela nº 2, pode-se perceber que as empresas que tiveram maior participação nos valores das riquezas geradas no Nível 1 foram Itaú Unibanco e Bradesco, ambos do setor financeiro. O Itaú Unibanco, em 2015, gerou 21,57% em relação à riqueza total gerada neste ano. Em 2016, aumentou para 24,36% e 2017 teve uma pequena queda para 23,96%. Em segundo, está o Banco Bradesco. Em 2015, teve participação de 14,21% na riqueza total gerada neste Nível; em 2016, a participação foi de 19,58% e, em 2017, de 19,31%.

Nesta análise, é possível perceber que, no ano de 2015, as empresas Bradespar e Usiminas geraram riqueza de valores negativos, o que pode significar que no ano tiveram prejuízo maior que os desembolsos com pessoal, impostos, e terceiros, ou tiveram algum crédito em relação aos itens citados.

Percebe-se que as empresas como Banco Pan, Cedro, CEEE-GT, Cesp, Eucatex, Ferbasa, Fras-le e Randon, nos três anos da análise, não chegaram a 1% no valor da riqueza gerada em relação ao total. A empresa Oi, única empresa no setor de telecomunicações, teve representatividade de 10,83% no valor da riqueza gerada em 2015, porém, em 2016, teve uma queda significativa para 5,53%, e, em 2017, voltou a aumentar para 7,12%.

A Empresa Eletrobras teve uma boa representatividade. Com uma movimentação significativa em 2015, tinha 9,66% de participação da riqueza gerada no Nível1, em 2016, aumentou para 15,30%, e, em 2017, reduziu para 9,18%.

A seguir, a Tabela nº 3 demonstra as riquezas geradas por setor no Nível 2 de Governança Corporativa.

**Tabela 3 – Riquezas geradas por setor do Nível 2**

Classificação Setorial	2015		2016		2017	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Bens Industriais	10.936.350,00	5,01	12.703.750,00	5,27	10.722.942,00	4,08
Consumo Cíclico	6.134.417,00	2,81	5.644.400,00	2,34	6.779.629,00	2,58
Financeiro e Outros	3.998.591,00	1,83	4.215.106,00	1,75	4.203.792,00	1,60
Materiais Básicos	4.039.356,00	1,85	4.010.921,00	1,66	4.485.639,00	1,71
Petróleo. Gás e Biocomb.	169.931.000,00	77,92	193.445.000,00	80,29	216.014.000,00	82,13
Utilidade Pública	23.052.611,00	10,57	20.923.511,00	8,68	20.794.812,00	7,91
Total	218.092.325,00	100,00	240.942.688,00	100,00	263.000.814,00	100,00

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2018.

O Nível 2 da Governança Corporativa da B3 é dividido por seis setores: bens Industriais, Consumo Cíclico, Financeiro e Outros, Materiais Básicos, Petróleo, Gás e Biocombustíveis e de Utilidade Pública. Destes, o setor de Petróleo, Gás e Biocombustíveis foi o que teve maior geração de riqueza. Em 2015, teve 77,92% de participação no valor da riqueza total gerada; em 2016, teve 80,29% e, em 2017, a participação foi de 82,13% ou seja, a participação aumentou gradativamente. Ressalta-se, ainda, que esse aumento foi em percentual e em valores gerados.

O segundo setor que teve maior participação foi o de Utilidade Pública. Em 2015, de 10,57%, em 2016, de 8,68% e, em 2017, de 7,91%. Como se pode perceber, a participação diminuiu gradativamente, mas foi o segundo setor que mais gerou riqueza em todos os anos analisados.

Os setores que menos geraram riqueza neste grupo foram Financeiro e Outros e Materiais Básicos, nos quais os percentuais de participação ficaram entre 1,60% a 1,85%. Uma diferença importante em relação aos setores classificados no Nível 1: o setor Financeiro foi o que teve maior geração de riqueza.

A seguir, a Tabela nº 4 demonstra a riqueza gerada por empresas no Nível 2 de Governança Corporativa.



**Tabela 4 – Riqueza gerada por empresa Nível 02**

Nome do Pregão	2015		2016		2017	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
ABC BRASIL	531.676,00	0,24	938.187,00	0,39	850.837,00	0,32
AES TIETE E	1.528.934,00	0,70	1.053.758,00	0,44	1.026.352,00	0,39
ALUPAR	1.411.093,00	0,65	1.572.689,00	0,65	1.489.056,00	0,57
AZUL	2.449.493,00	1,12	3.205.635,00	1,33	4.021.298,00	1,53
CELESC	6.519.791,00	2,99	5.535.152,00	2,30	5.789.246,00	2,20
ENERGISA	9.056.840,00	4,15	9.189.321,00	3,81	9.290.675,00	3,53
FORJA TAURUS	426.032,00	0,20	405.127,00	0,17	182.714,00	0,07
GOL	6.706.941,00	3,08	7.565.241,00	3,14	5.386.687,00	2,05
INDUSVAL	128.522,00	0,06	180.988,00	0,08	26.180,00	0,01
KLABIN S/A	4.039.356,00	1,85	4.010.921,00	1,66	4.485.639,00	1,71
MARCOPOLO	1.353.884,00	0,62	1.527.747,00	0,63	1.132.243,00	0,43
MULTIPLAN	731.720,00	0,34	796.451,00	0,33	797.572,00	0,30
PETROBRAS	169.931.000,00	77,92	193.445.000,00	80,29	216.014.000,00	82,13
PINE	695,00	0,00	103.170,00	0,04	234.814,00	0,09
RENOVA	688.979,00	0,32	557.458,00	0,23	773.917,00	0,29
SANEPAR	1.990.101,00	0,91	2.435.923,00	1,01	2.720.151,00	1,03
SARAIVA LIVR	493.417,00	0,23	352.400,00	0,15	283.629,00	0,11
SUL AMERICA	2.607.368,00	1,20	2.558.286,00	1,06	2.816.377,00	1,07
TAESA	1.856.873,00	0,85	1.694.126,00	0,70	1.253.249,00	0,48
VIAVAREJO	5.641.000,00	2,59	5.292.000,00	2,20	6.496.000,00	2,47
Total	218.092.325,00	100,00	240.942.688,00	100,00	263.000.814,00	100,00

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

A empresa que teve maior representatividade na riqueza gerada foi a Petrobras, empresa do setor de Petróleo, Gás e combustíveis. Em 2015, teve 77,92% do valor total da riqueza gerada; em 2016, aumentou para 80,29% e, em 2017, aumentou para 82,13%, ou seja, aumentou, gradativamente, a cada ano. Permaneceu em coerência com a análise realizada por setor, sendo que esta é a única empresa do setor de Petróleo, Gás e Combustíveis.

As demais empresas não chegaram a 5% da representatividade do valor total da riqueza gerada. A segunda empresa que teve maior representatividade foi a Energisa, com 4,15% em 2015, 3,81% em 2016 e 3,53% em 2017.

O Nível2 da Governança Corporativa teve menor número de empresas participantes do que o Nível 1, ou melhor, o Nível 2 teve 20 empresas, e o Nível 1 teve 27 empresas, sendo que uma não apresentou a DVA. E a maior parte da riqueza gerada esteve centrada na empresa Petrobrás. No nível 1, a geração de riqueza se distribuiu entre maior número de empresas.

Quanto à análise dos resultados, no que se refere à geração da riqueza, destaca-se:

- Setor que mais gerou riqueza no Nível 1 de Governança Corporativa: financeiro e outros.
- Setor que menos gerou riqueza no Nível 1: bens Industriais, consumo cíclico e o não cíclico.
- Empresa que gerou maior riqueza no Nível 1: Itaú Unibanco.
- Setor que mais gerou riqueza no Nível 2 de Governança Corporativa: petróleo, gás e biocombustíveis.
- Setor que menos gerou riqueza no Nível 2: financeiros e outros, e materiais básicos.
- Empresa que gerou maior riqueza no Nível 2: Petrobrás.

Comparando este estudo com o de Marin (2017), que analisou as empresas do Novo Mercado, o Setor Financeiro também foi o setor que mais adicionou valor nos anos de 2013 e 2014, assim como para as empresas do Nível 1. Além disso, foram verificados os estudos de Melo *et al.* (2017), Nunes e Miranda (2016) e Scarpin *et al.* (2014).

#### 4.2 Distribuição de Riqueza

A segunda parte da pesquisa tratou de analisar a distribuição da riqueza. Na sequência, apresenta-se a Tabela nº 5, onde está demonstrada a distribuição da riqueza por setor do Nível 1 de Governança Corporativa.

**Tabela 5 – Distribuição da Riqueza por Setor Nível 01, em pontos percentuais**

Classificação Setorial	Pessoal			Governo			Remuneração de Capital de Terceiros			Remuneração de Capital Próprio			Outros		
	2015	2016	2017	2015	2016	2017	2015	2016	2017	2015	2016	2017	2015	2016	2017
	Bens Industriais	39,49	38,24	36,76	26,77	31,61	33,27	31,29	27,27	21,26	2,45	2,88	8,70	-	-
Consumo Cíclico	27,31	26,81	26,98	27,58	19,84	17,82	42,27	50,37	48,62	2,84	2,98	6,59	-	-	-
Consumo não Cíclico	53,35	58,65	47,85	22,25	27,32	21,52	28,47	30,27	20,87	-	4,06	-	16,23	9,75	-
Financeiro e Outros	36,78	27,14	32,31	-	1,02	34,77	26,09	3,18	2,29	2,54	61,06	35,80	39,06	-	-
Materiais Básicos	77,90	49,67	31,85	24,41	32,36	27,46	65,29	41,68	25,03	-	16,83	-	2,10	17,92	-
Telecomunicações	10,92	15,95	13,30	38,24	72,69	48,02	75,80	56,14	73,70	-	24,96	-	44,78	-	35,02
Utilidade Pública	17,26	12,89	19,77	59,35	48,00	50,78	42,56	26,89	26,17	-	19,16	12,22	3,28	-	-
Média	37,57	32,77	29,83	28,22	38,08	32,14	41,26	33,56	31,17	0,19	-	1,32	7,18	-	7,25

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

De acordo com a tabela 5, pode-se perceber, por meio das médias, que, em 2015, o item da DVA que mais recebeu riqueza foi o de Remuneração de Capital de Terceiros, com média de 41,26%. Em 2016 e 2017, foi o item Governo que recebeu a maior parcela da riqueza distribuída, 38,08% e 32,14%, respectivamente. O item que teve a menor média para a distribuição das riquezas foi o de Remuneração de capital Próprio e Outros. A remuneração de capital próprio em 2015 teve média de 0,19%; em 2016, a média ficou negativa de 1,32%, e, em 2017, a média voltou a ficar positiva em 7,18%. O item “Outros” ficou com a média dos três anos negativos.

O setor de Bens Industriais distribuiu a maior parte da sua riqueza para os colaboradores, nos três anos. Em 2015, correspondente a 39,49%; em 2016, distribuiu 38,24% e, em 2017, distribuiu 36,76%. Os acionistas foram os que menos receberam distribuição, 2,45%, 2,88% e 8,70%, respectivamente, para os anos de 2015, 2016 e 2017.

O setor de Consumo Cíclico distribuiu a maior parte da sua riqueza para os terceiros. Em 2015, distribuiu 42,27%; em 2016, foi distribuído 50,37% e, em 2017, 48,62%. A menor distribuição foi para os acionistas nos percentuais 2,84%, 2,98% e 6,59%, respectivamente, para os anos de 2015, 2016 e 2017.

O setor de Consumo não cíclico distribuiu a maior parte da riqueza para os colaboradores. Em 2015, distribuiu 53,35% da riqueza gerada; em 2016, foi distribuído 58,65% e, em 2017, 47,85%.

O setor Financeiro foi destaque nesta análise, pois teve a maior riqueza distribuída para a Remuneração de Capital Próprio, em que as demais empresas tiveram distribuição baixa e até negativa. Vale salientar que as demais empresas tiveram distribuição significativa para remuneração de capital de terceiros, que é o próprio setor financeiro. A distribuição para a remuneração de capital próprio correspondeu a 61,06% em 2015, 35,80% em 2016 e 39,06% em 2017. O Governo foi quem recebeu a menor distribuição em 2015, com 1,02% negativos, e, em 2016 e 2017, foi a remuneração de capital de terceiros com 2,29% e 2,54%, respectivamente.

O setor de Materiais Básicos distribuiu a maior parte da sua riqueza para os colaboradores, nos três anos consecutivos: em 2015, foram distribuídos 77,90% do total da riqueza gerada; em 2016, foram distribuídos 49,67% e, em 2017, foram distribuídos 31,85% do total da riqueza gerada. O item “Outros” apresentou a menor distribuição para os três anos, pois, para este item, os valores ficaram negativos e representados por 50,77% negativos em 2015, 21,61% negativos em 2016 e 2,27% negativos em 2017.

O setor de Telecomunicações distribuiu, em 2015, o correspondente a 75,80% da riqueza gerada para os terceiros. Em 2016, distribuiu o correspondente a 72,69% da riqueza gerada para o Governo, e, em 2017, foi distribuído o correspondente a 73,70% para os terceiros. O item de Remuneração de Capital próprio teve valores negativos, em 2015, correspondentes a 24,96% negativos, em 2016, correspondentes a 44,78% negativos e, em 2017, correspondentes a 35,02% negativos.

O setor de Utilidade Pública distribuiu a maior parte de sua riqueza para o Governo nos três anos, representando 59,35% em 2015, 48% em 2016 e 50,78% em 2017. A distribuição foi negativa para a remuneração para capital próprio em 2015, no percentual de 19,16%. Em 2016 e 2017, foi positivo em 12,22% e 3,28%, correspondendo à menor distribuição.

A seguir, a Tabela nº 6 na qual está demonstrada a distribuição da riqueza por setor para as empresas do Nível 2 de Governança Corporativa.

**Tabela 6 – Distribuição da Riqueza por setor Nível 2, em pontos percentuais**

Classificação Setorial	Pessoal			Governo			Remuneração de Capital de Terceiros			Remuneração de Capital Próprio			Outros		
	2015	2016	2017	2015	2016	2017	2015	2016	2017	2015	2016	2017	2015	2016	2017
	Bens Industriais	31,99	27,49	35,67	18,02	14,43	10,79	100,56	49,45	46,98	- 50,57	8,62	6,56	-	-
Consumo Cíclico	51,50	50,91	47,02	15,62	16,23	21,13	31,13	35,42	29,74	1,76	- 2,57	2,11	-	-	-
Financeiro e Outros	28,68	27,93	30,03	24,90	34,85	31,40	8,31	8,69	8,99	38,11	28,54	29,58	-	-	-
Materiais Básicos	22,96	31,16	30,61	- 1,23	34,36	23,00	109,30	- 27,40	34,52	- 31,02	61,88	11,86	-	-	-
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	17,50	17,82	13,36	64,61	54,67	54,31	38,59	34,26	32,15	- 20,70	- 6,74	0,17	-	-	-
Utilidade Pública	10,74	13,27	14,71	59,51	59,34	58,92	17,40	19,39	17,53	12,58	6,50	7,67	- 0,23	1,49	1,17
Média	27,23	28,10	28,57	30,24	35,65	33,26	50,88	19,97	28,32	- 8,31	16,04	9,66	- 0,04	0,25	0,19

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

A distribuição da riqueza no nível 2 de Governança Corporativa, em 2015, teve maior média para a remuneração de Capital de Terceiros correspondendo a 50,88%. Em 2016 e 2017, a maior média para a distribuição da riqueza foi para o Governo, correspondendo a 35,65% e 33,26%, respectivamente. E os itens que receberam menor distribuição foram Remuneração de Capital Próprio e Outros.

O setor dos Bens Industriais distribuiu a maior parte da sua riqueza para os terceiros, sendo que, em 2015, 100,56%, em 2016, 49,45% e, em 2017, 46,98%. A remuneração a terceiros foi bem alta, a remuneração de capital próprio foi a mais baixa. Em 2015, tendo remuneração negativa de capital próprio de 50,57%, em 2016 e 2017, passando a ser positiva, porém baixa, com 8,62% e 6,56%, respectivamente.

As empresas do setor de Consumo Cíclico distribuíram a maior parte de sua riqueza para os colaboradores nos três anos analisados: em 2015, foram 51,50%, em 2016, 50,91%, em 2017, 47,02%. A parte que recebeu a menor distribuição foi a de capital próprio.

O setor Financeiro e Outros, em 2015, distribuiu a maior parte de sua riqueza para remuneração de capital próprio, com 38,11%. Em 2016 e 2017, a maior parte foi distribuída para o governo, correspondendo a 34,85% e 31,40%, respectivamente. Assim como nas empresas deste setor, classificadas no Nível1, a menor parte da riqueza foi para os terceiros.

O setor de Materiais Básicos, em 2015, distribuiu a maior parte para os terceiros, com 109,30%; em 2016, foi a remuneração própria que ficou com 61,88%, a maior parte da distribuição; em 2017, a maior parte foi 34,52%, novamente para os terceiros. Já as partes que menos receberam riqueza foram, em 2015, a remuneração própria, com representatividade de 31,02% negativos, motivo pelo qual os terceiros receberam mais que 100% da distribuição de riqueza neste setor. Em 2016, os terceiros também ficaram com representatividade na distribuição negativa em 27,40%, e, em 2017, a remuneração própria ficou com menor representatividade, ou seja, 11,86%. Pode-se perceber que os terceiros e a remuneração de capital próprio tiveram altas variações de um ano para o outro, enquanto o pessoal se manteve estável.

O setor de Petróleo, Gás e Biocombustíveis, nos três anos consecutivos, teve a maior distribuição para o governo, ficando: em 2015, 64,61%, em 2016, 54,67%, em 2017, 54,31%. E a menor remuneração foi para o capital próprio, em 2015, de 20,70% negativos; em 2016, de 6,74% negativos e, em 2017, de 0,17% (positivo).

O setor de Utilidade Pública também teve a maior parte de sua distribuição para o governo: em 2015, 59,51%, em 2016, 59,34% e, em 2017, 58,92%. Já a menor parte foi para Outros, com 0,23% negativos em 2015; 1,49% em 2016 e 1,17% em 2017, sendo este o único setor que teve informação na sua DVA em Outros.

Na análise da Tabela 5 e da Tabela 6, pode-se observar, por meio da média, que, em 2015, os terceiros receberam a maior parte na distribuição. Esta informação é consistente com o estudo de Marin (2017), que analisou as empresas do Novo Mercado. Neste ano, estas empresas também distribuíram a maior parte para os terceiros. O estudo de Melo *et al.* (2017) analisou como as regiões dos estados brasileiros distribuem suas riquezas, mostrando que, em 2013, as regiões de Sul, Sudeste e Norte/Nordeste distribuíram a maior parte de suas riquezas para o governo, e a região Centro-Oeste para o Pessoal. Em 2014, as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste distribuíram a maior parte para o governo e a região Norte/Nordeste para os terceiros.

Também foi realizada uma breve análise da distribuição das riquezas por empresas, mencionando empresas que tiveram maior distribuição para os colaboradores, governo, terceiros e remuneração do capital próprio. A seguir, a Tabela nº 7 demonstra a distribuição da riqueza por empresa.

**Tabela 7 – Distribuição de Riqueza por empresas classificadas no Nível 1, em pontos percentuais**

Nome do Pregão	Pessoal			Governo			Remuneração de Capital de Terceiros			Remuneração de Capital Próprio		
	2015	2016	2017	2015	2016	2017	2015	2016	2017	2015	2016	2017
ALPARGATAS	35,48	35,67	42,05	42,22	39,52	30,57	12,62	12,11	11,61	9,68	12,71	15,77
BANCO PAN	72,78	82,09	40,92	18,11	36,03	36,80	7,82	9,81	4,61	1,29	27,92	17,67
BANRISUL	48,51	47,99	44,04	22,35	30,14	27,71	2,63	2,84	2,51	26,51	19,03	25,74
BRADESCO	41,73	26,54	35,88	6,92	39,66	28,33	3,02	1,83	2,21	62,16	31,98	33,58
BRADESPAR	- 0,14	0,49	0,20	- 1,37	3,47	10,27	- 6,98	23,41	5,93	108,49	72,64	83,61
BRASKEM	11,96	12,01	9,75	29,28	28,59	29,03	31,53	66,31	32,86	27,17	7,16	28,29
CEDRO	107,40	145,64	43,12	27,71	37,41	0,76	68,56	118,16	24,04	- 103,66	- 201,22	32,08
CEEE-D	15,41	17,13	13,76	83,57	82,42	65,99	20,18	19,74	23,24	- 19,16	- 19,29	2,99
CEEE-GT	37,18	17,33	29,07	22,70	26,16	21,34	28,15	5,61	10,06	11,98	50,90	39,53
CEMIG	8,78	12,69	8,47	64,08	66,51	71,77	13,54	18,53	13,11	13,59	2,27	6,66
CESP	13,82	14,09	37,49	49,14	22,89	54,02	42,35	29,11	63,37	- 5,31	33,90	- 54,88
COPEL	9,25	11,66	12,84	74,06	69,29	66,90	7,93	11,62	10,76	8,75	7,44	9,50
ELETROBRAS	30,10	14,89	31,49	45,28	36,83	31,21	99,58	40,30	44,34	- 74,95	7,99	- 7,04
EUCATEX	36,32	43,48	45,64	26,19	21,66	23,20	35,50	27,70	21,81	1,99	7,16	9,36
FERBASA	38,04	48,29	35,12	31,79	33,90	25,62	2,44	2,99	2,88	27,73	14,82	36,38
FRAS-LE	36,03	36,77	36,87	28,22	32,04	36,52	26,82	19,40	15,24	8,93	11,79	11,37
GERDAU	104,70	87,94	56,41	14,55	35,30	26,76	63,74	22,78	21,80	-	-	-
GERDAU MET	106,16	87,65	56,32	15,37	35,34	26,73	69,12	26,65	22,52	-	-	-
ITAUSA	7,30	7,73	7,70	7,34	6,59	8,02	4,62	5,40	5,36	80,74	80,28	78,92
ITAUNIBANCO	39,54	29,03	32,70	- 1,17	35,17	27,07	2,89	2,11	2,29	58,74	33,69	37,93
LOJAS AMERIC	21,68	20,49	19,93	20,04	9,09	13,39	57,05	69,89	65,16	1,22	0,53	1,51
OI	10,92	15,95	13,30	38,24	72,69	48,02	75,80	56,14	73,70	- 24,96	- 44,78	- 35,02
P.ACUCAR-CBD	53,35	58,65	47,85	22,25	27,32	21,52	28,47	30,27	20,87	- 4,06	- 16,23	9,75
RANDON PART	40,83	38,87	36,72	26,20	31,42	31,94	33,01	30,58	23,74	- 0,05	- 0,88	7,61
TRAN PAULIST	23,66	2,66	8,25	24,20	38,64	35,97	12,10	2,29	7,01	40,04	56,41	48,78
USIMINAS	- 231,22	34,25	26,70	34,22	41,99	38,28	- 247,29	41,71	26,65	544,29	- 17,95	8,38

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Conforme é possível verificar na Tabela nº 7, no ano de 2015, 11 empresas distribuíram a maior parte de suas riquezas para os colaboradores; 5 empresas distribuíram para o governo e 4 empresas para os terceiros. E, por fim, 6 empresas destinaram a maior parte de sua riqueza para remuneração do próprio capital.

Em 2016, 10 empresas destinaram a maior parte de suas riquezas para os colaboradores; 7 empresas destinaram a maior parte para o governo, 4 empresas para os terceiros e 5 empresas para a remuneração do capital próprio.

Em 2017, 11 empresas destinaram a maior parte de suas riquezas para os colaboradores; 5 empresas destinaram ao governo a maior parte de suas riquezas, 4 empresas para os terceiros e 6 empresas para a remuneração do capital próprio. Por fim, foi possível observar que, nos três anos consecutivos, os colaboradores receberam a maior parte das riquezas distribuídas.

Diferentemente do que ocorreu para as empresas classificadas no Nível 2 de Governança Corporativa, na Tabela nº 8, a seguir, são relacionadas as distribuições para este grupo de empresas.

**Tabela 8 – Distribuição de Riquezas por empresas classificadas no Nível 2, em pontos percentuais**

Nome do Pregão	Pessoal			Governo			Remuneração de Capital de Terceiros			Remuneração de Capital Próprio		
	2015	2016	2017	2015	2016	2017	2015	2016	2017	2015	2016	2017
ABC BRASIL	46,00	27,66	33,05	- 19,09	30,59	16,72	-	-	-	73,08	41,75	50,23
AES TIETE E	4,67	7,96	9,70	29,08	36,72	32,22	13,71	21,30	29,02	52,54	34,02	29,06
ALUPAR	5,87	4,43	5,79	16,60	18,42	17,61	37,06	33,29	29,21	40,48	43,86	47,39
AZUL	42,31	33,91	32,37	15,63	17,26	11,74	85,95	52,77	42,73	- 43,88	- 3,94	13,16
CELESC	8,90	12,22	13,50	83,70	78,89	77,26	5,39	9,07	8,09	2,00	- 0,18	1,15
ENERGISA	8,41	9,44	10,62	72,14	70,82	67,84	20,82	17,05	15,38	3,70	2,05	5,86
FORJA TAURUS	48,11	43,00	96,86	26,87	54,50	98,89	84,59	27,93	60,79	- 59,58	- 25,43	- 156,54
GOL	22,66	20,65	29,80	21,84	12,64	9,14	119,48	52,14	54,04	- 63,98	14,57	7,02
INDUSVAL	78,73	- 49,04	- 326,31	18,63	59,41	74,33	6,65	- 4,64	- 31,54	- 4,01	94,26	383,52
KLABIN S/A	22,96	31,16	30,61	- 1,23	34,36	23,00	109,30	- 27,40	34,52	- 31,02	61,88	11,86
MARCOPOLO	54,46	43,77	65,42	0,65	6,77	1,07	38,30	34,89	26,25	6,58	14,57	7,25
MULTIPLAN	12,89	13,20	15,69	31,21	36,91	29,71	6,42	10,75	8,39	49,47	39,15	46,21
PETROBRAS	17,50	17,82	13,36	64,61	54,67	54,31	38,59	34,26	32,15	- 20,70	- 6,74	0,17
PINE	- 17.613,38	96,05	- 46,25	24.893,24	22,09	52,92	- 1.315,54	9,49	- 3,93	- 5.864,32	- 27,64	97,26
RENOVA	8,51	- 9,42	- 3,44	36,39	0,04	2,71	37,91	- 88,20	- 46,51	17,15	197,59	147,24
SANEPAR	41,98	38,29	35,92	23,41	24,07	25,55	12,58	11,91	13,31	22,03	25,73	25,23
SARAIVA LIVR	49,52	57,47	68,23	- 3,26	8,33	7,30	34,75	48,34	42,81	18,99	- 14,14	- 18,34
SUL AMERICA	22,41	24,42	23,51	39,03	38,02	38,50	10,27	10,26	10,42	28,29	27,30	27,57
TAESA	4,54	5,57	8,09	17,94	16,44	16,85	28,54	27,11	23,33	27,05	35,94	34,60
VIAVAREJO	51,68	50,47	46,09	17,27	16,76	21,74	30,81	34,56	29,17	0,25	- 1,80	3,00

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Em 2015, o maior número de empresas distribuiu a sua riqueza para os terceiros correspondendo a 6 empresas. Para os colaboradores e o governo, 5 empresas distribuíram a maior parte de suas riquezas, e para a remuneração do capital próprio foram 4 empresas.

Em 2016, a remuneração de capital próprio foi que recebeu a distribuição da riqueza da maior parte das empresas classificadas neste setor, correspondendo a 7 empresas. Para o governo, foram 6 empresas, para os colaboradores foram 5 empresas e para os terceiros apenas 2 empresas.

Em 2017, o maior número de empresas distribuiu sua riqueza para a remuneração do capital próprio, correspondendo a 7 empresas. 6 empresas distribuíram a maior parte de sua riqueza para o governo, e 4 empresas para os colaboradores e 3 empresas para os terceiros.

Quanto à riqueza distribuída por setores e por empresas, resume-se o resultado da pesquisa:

- a. Maior distribuição da riqueza por média no Nível 1 e Nível 2: em 2015, foi para os terceiros; 2016 e 2017 para o governo.
- b. Maior distribuição por número de empresas: para o Nível 1, maior número de empresas tiveram maior distribuição para os colaboradores nos três anos consecutivos. Já no Nível 2, em 2015, maior número distribuiu para os terceiros, e, em 2016 e 2017, foi para a remuneração de capital próprio, ou seja, os acionistas.
- c. Setores que tiveram maior distribuição de sua riqueza para os colaboradores classificados no Nível 1: bens Industriais, consumo não cíclico e materiais básicos para os três anos consecutivos.
- d. Setores que tiveram maior distribuição de sua riqueza para o governo classificados no Nível 1: utilidade pública (nos três anos), telecomunicações (2016).
- e. Setores que tiveram maior distribuição de sua riqueza para os terceiros classificados no Nível 1: consumo Cíclico (nos três anos), telecomunicações (2015 e 2017).
- f. Setores que tiveram maior distribuição de sua riqueza para os colaboradores classificados no Nível 2: consumo cíclico.
- g. Setores que tiveram maior distribuição de sua riqueza para o governo classificados no Nível 2: financeiro e outros (2016 e 2017), petróleo, gás e biocombustíveis e utilidade pública (nos três anos).
- h. Setores que tiveram maior distribuição de sua riqueza para os terceiros classificados no Nível 2: bens industriais (nos três anos); materiais básicos (2015 e 2017).
- i. Setores que tiveram maior distribuição de sua riqueza para os acionistas classificados no Nível 2: financeiro e outros (2015), materiais básicos (2016).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo geral verificar como as empresas listadas na B3 nos Níveis de Governança 1 e 2 distribuem suas riquezas entre funcionários, governo, terceiros e acionistas, para o período compreendido entre 2015 a 2017. Para atender a este objetivo, primeiramente, coletaram-se os dados e estes foram colocados em uma planilha eletrônica para após ser realizada a análise. Por meio da Demonstração do Valor Adicionado, que passou a ser obrigatória em 2007 para as Sociedades Anônimas, foi possível verificar a riqueza criada pela empresa e como foi feita a sua distribuição. A escolha dos Níveis de Governança 1 e 2 possibilitou um aprofundamento, a obtenção de um material detalhado dos dois níveis analisados. Analisar dois Níveis pode ser considerada uma limitação do presente estudo.

Alguns achados estão em consonância com o estudo de Marin (2017), no qual o setor Financeiro e Outros foi o que mais adicionou valores nos anos de 2013 e 2014 para as empresas do Novo Mercado, o que também ocorreu para as empresas do Nível 1 de Governança Corporativa. Os resultados mostram que há algumas características em comum e outras características diferentes nas distribuições dos Valores Adicionados entre os Níveis 1 e 2. Uma das características em comum é que, para ambos os Níveis, por meio do cálculo de média, no ano de 2015, a maior parte foi para os terceiros e nos anos de 2016 e 2017 foi para o governo. Isso demonstra que, independentemente dos Níveis de Governança nos quais a empresa se enquadra, em 2015, essas empresas tomaram maior número de empréstimos, aumentando a remuneração do capital de terceiros. E, em 2016 e 2017, pode-se observar o aumento da carga tributária.

No estudo de Melo *et al.* (2017) se pode perceber essa alta carga tributária, sendo que tal estudo analisa a distribuição das riquezas pelas regiões do país, resultando que a distribuição para o governo prevalece em quatro regiões.

Pode-se apontar como os setores que distribuíram maior parte das riquezas para os colaboradores, no Nível 1, os setores de Bens Industriais, Consumo não cíclico e Materiais Básicos, enquanto, no Nível 2, tal fato aconteceu no setor de Consumo Cíclico. Quanto aos setores que distribuíram a maior parte de suas riquezas para o governo, no Nível 1, foi Utilidade Pública e Telecomunicações, enquanto, no Nível 2, foram Financeiro, Petróleo, Gás e Biocombustíveis e Utilidade Pública. Quanto aos setores que distribuíram a maior parte para os terceiros, no Nível 1, foram Consumo Cíclico e Telecomunicações, e, no Nível 2, foram

Bens Industriais e Materiais Básicos. Quanto aos setores que distribuíram a maior parte da sua riqueza para os acionistas, no Nível 1, foram Financeiro e Outros e, no Nível 2, foram Financeiro e Outros e Materiais Básicos. Nesta análise, encontrou-se como ponto em comum para os dois Níveis o fato de que o setor Financeiro distribui a maior parte de sua riqueza para os acionistas, contrapartida da alta distribuição para os terceiros nos demais setores.

Este estudo permitiu conhecer como as empresas distribuem suas riquezas, uma ferramenta importante de análise e conduzir uma pesquisa que não só beneficia os tomadores de decisão nas companhias bem como estende valor aos estudiosos da Contabilidade. Sugerem-se novos trabalhos no futuro, pesquisas que abordem a geração da riqueza e mostrem como se dá a sua distribuição para outros Níveis de Governança da Bovespa.

## REFERENCIAS

B3. Brasil, Bolsa, Balcão. Disponível em: [http://www.b3.com.br/pt\\_br/](http://www.b3.com.br/pt_br/) acesso em 12 ago. 2018

BRASIL. Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Brasília-DF, 28 de dezembro de 2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm)>. Acesso em: 12 jun. 2016.

CAMARGO, Suse Reis. Demonstração do valor adicionado. Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) – Curso de Especialização em Auditoria e Gestão de Tributos, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2010.

Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Disponível em: <[http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/175\\_CPC\\_09.pdf](http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/175_CPC_09.pdf)> Acesso em 12 jun. 2016.

CONSENZA, José Paulo. A eficácia informativa da demonstração do valor adicionado. Revista de Contabilidade e Finanças – USP, São Paulo, Edição Comemorativa, p. 7-29, out/2003.

CUNHA, Jacqueline Veneroso Alves da; RIBEIRO, Maísa de Souza; SANTOS, Ariovaldo dos. A demonstração do valor Adicionado como instrumento de mensuração da distribuição da riqueza. Revista de Contabilidade e Finanças – USP. São Paulo, n. 37, p. 7 – 23, Jan/Abr 2005.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 2.ed. São Paulo. Atlas, 1989.

IUDICIBUS, Sergio de *et al.* Manual de Contabilidade Societária. São Paulo. Atlas, 2010.

MARIN, Daiane. A demonstração do valor adicionado em empresas do Novo Mercado: Uma análise da Distribuição da riqueza aos agentes econômicos. 2017. 73f. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Curso de Ciências Contábeis, Universidade de Caxias do Sul, Caxias, 2017.

MARTINS, Gilberto de Andrade, THEÓPHILO, Carlos Renato. Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas. 2. ed. São Paulo. Atlas, 2009.

MELO, Felipe Luiz de *et al.* Demonstração do Valor Adicionado (DVA): Um estudo sobre a destinação da riqueza nas regiões Brasileiras. Revista Metropolitana de Sustentabilidade. V.7. n. 2. Maio-Ago.2017.

NUNES, Victor Malta; MIRANDA, Gilberto José. Geração e distribuição do valor adicionado em 2013: Análise das companhias listadas no IBrX-100. Revista Evidenciação Contábil & Finanças, 2016, Vol.4(1), pp.18-32

SANTOS, Ariovaldo dos. Editorial. DVA – Uma demonstração que veio pra ficar. Revista de Contabilidade e Finanças – USP. São Paulo, n. 38, p. 3 – 6, maio/ago. 2005.

SCARPIN, Jorge Eduardo *et al.* Valor Adicionado e Lucratividade das empresas listadas na revista exame maiores e melhores no período de 2007-2010. Revista Evidenciação Contábil & Finanças. João Pessoa, v. 2, n. 2, p. 4-23, mai./ago.2014.

SILVA, Amanda Ferreira. Demonstração do valor adicionado: as empresas classificadas como mais sustentáveis evidenciam maior distribuição de riqueza à sociedade? 2017.20 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) – Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.

SILVA JUNIOR, Annorda. Demonstração de valor adicionado na instituição de educação superior: evidências do mercado de capitais brasileiro. Revista Gestão Universitária na América Latina – GUAL. Florianópolis, v. 10, n. 4, p. 22-46, Edição Especial 2017.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio *et al.* Estudo sobre a Carga Tributária de empresas brasileiras através da demonstração do valor adicionado (DVA) – período de 2005 a 2007. Revista de Ciência e Administração. Fortaleza. v. 17, n. 1, p. 84-111, jan./abr. 2011.